



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº20/2018

----- Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luís Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência da Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente da Câmara deu as boas vindas aos novos alunos da Universidade Sénior desejando-lhe as maiores felicidades e manifestou o seu contentamento pela sua presença na reunião de Câmara desejando a todos um bom ano letivo e deu a palavra ao Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia e representante da Universidade Sénior de Rio Maior, Senhor Rui Andrade. -----

----- **SENHOR RUI ANDRADE** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que a Universidade Sénior resulta de uma parceria entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal, cujo núcleo executivo é constituído pela Senhora Presidente em representação do município e por si, em representação da Santa Casa da Misericórdia. Lembrou que, como vem sendo tradição, a apresentação dos novos alunos da Universidade Sénior é feita na reunião da Câmara Municipal. -----

----- Recordou que a Universidade Sénior entrou este ano no seu décimo segundo ano de funcionamento, sublinhando a sua importância para Rio Maior dado tratar-se de um local de aprendizagem e de convívio. -----

----- Finalizou a intervenção agradecendo à Dra. Eugénia Reis todo o empenho e

dedicação demonstrado ao longo dos anos em que assumiu o cargo de Diretora Executiva da Universidade Sénior. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 19/2018 referente à reunião ordinária de 12 de outubro. -----

----- Aprovada a ata nº 19/2018 por unanimidade dos presentes com direito a voto (5 votos a favor). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOUREARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Três milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e um euros e vinte e nove cêntimos; -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e vinte mil, oitocentos e setenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **PROPOSTA DE DATAS DE REALIZAÇÃO DAS FEIRAS PARA O ANO 2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir à proposta apresentada para as datas de realização das Feiras para o ano 2019, sugerindo que fosse repensada a data de realização da Feira Nacional da Cebola, que tradicionalmente começava a 1 de setembro porque a mesma, ano após ano e como realidade festiva é um evento que está desacreditado e que está muito longe daquilo que foi, pelo que merece um momento de reflexão, considerando mesmo que a última Frimor foi a pior de sempre. Opinou que na cidade não houve o orgulho da feira, dado não haver referência ao certame nem na entrada do Pavilhão, nem nas zonas de acesso a Rio Maior, apenas existindo as referências das marcas dos patrocinadores e quem visitasse Rio Maior não ficava a saber que este certame decorria em Rio Maior. Em sua opinião esta Feira do ponto de vista das escolhas que foram decididas e na questão do brilho e do orgulho riomaiorense, ficou muito aquém do que seria desejado. Disse que a aposta no setor equestre e a entrada na lateral do Pavilhão, são questões que deveriam ser discutidas salientando que vale a pena refletir se o mês de setembro é a data certa para a sua realização. -----

----- Seguidamente referiu-se à redistribuição de pelouros recentemente ocorrida na Câmara Municipal e manifestou tristeza pelo facto de as pessoas não se conseguirem entender e relevou o facto da Coligação Juntos pelo Futuro se manter quando existe uma Vereadora dessa mesma Coligação sem pelouros, referindo que, provavelmente, existem momentos próprios de concertação de políticas em que o CDS não está a ser ouvido e que os projetos que vinham de trás coordenados por essa Vereadora ficam muito limitados na sua continuidade e na sua efetividade, nomeadamente em questões culturais, como é o caso do prémio “Poeta Ruy Belo, considerando que a Câmara Municipal de Sintra, no final de agosto, comunicou à Câmara Municipal de Rio Maior que não iria continuar com o projeto do prémio Poeta Ruy Belo. Opinou que, do ponto de vista político, esta é uma perda para Rio Maior e uma fraude política para os eleitores referindo tratar-se de uma falácia política porque esta é uma Coligação que não existe e que está limitada e condenada na sua ação, ainda que, publicamente, tenham existido comunicados dos respetivos Partidos a dizerem que os superiores interesses do concelho estão acima de tudo. -----

----- Terminou a intervenção referindo-se à exposição comemorativa dos quarenta anos da atividade artística do cartoonista António Maia, considerando que esta exposição foi pouco divulgada e que não foi convidado para o momento formal da inauguração, referindo ainda a data que constava nos cartazes alusivos ao evento. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por salientar a importância que a Universidade Sénior tem para Rio Maior e que a mesma justifica e prova a continuidade do conhecimento independentemente da idade. Disse que durante este ano coadjuvou a Senhora Presidente nesta matéria referindo tratar-se de um desafio muito aliciante dado que muito aprendeu com estes alunos. Desejou a todos os alunos um bom ano letivo e, de uma forma muito humilde, como Vereador mais jovem do País, apresenta toda a sua disponibilidade para com todos aqueles que frequentam e apoiam a Universidade Sénior. -----

----- Continuou a intervenção para dizer ao Vereador Daniel Pinto que a Coligação se mantém, sendo prova disso o trabalho desenvolvido. Referiu que todas as escolhas têm sido uma decisão conjunta entre os dois partidos que incorporam a Coligação, considerando que defraudar os eleitores seria ir contra o que, de uma forma expressiva, foi a sua decisão. Por fim referiu que nenhum dos projetos da Vereadora Ana Filomena Figueiredo será defraudado, dando a todos a sua melhor atenção e continuidade, salientando ainda que foi com agrado que abraçou alguns desses projetos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo que a revista “Significado” se congratula com o facto do projeto do Município de Rio Maior *Atlantic Caucher Skype* fazer parte da lista de projetos aprovados na segunda convocatória de projetos do *Interreg Espaço Atlântico* divulgado em dezoito de outubro de dois mil e dezoito. Este projeto foi submetido a trinta de maio e destina-se à promoção e desenvolvimento do património cultural imaterial do poeta Ruy Belo, referindo a propósito que a Câmara terá de dispendir o valor de duzentos e vinte e cinco mil, cento e dez euros. Deu os parabéns ao Executivo desejando que este projeto floresça e questionou qual o ponto de situação da casa e do prémio poeta Ruy Belo. -----

----- Continuou no uso da palavra referindo-se aos espaços verdes da cidade dizendo que se começam a verificar algumas alterações e manifestou o seu agrado pela reposição de flores na Rua Dr. António Calado da Maia que em sua opinião revela atenção por parte do município. Sugeriu que em próximas intervenções esta reposição de flores e de plantas chegue à Rotunda do Bombeiro. Sugeriu também que as ervas existentes nos separadores das ruas fossem substituídas por flores. Fez notar o cuidado com que os trabalhadores da empresa trabalham no Jardim Municipal. -----

----- Relativamente às intervenções que já foram iniciadas na Praça da República e zonas envolventes, Praça do Comércio e laterais da Rua Serpa Pinto questionou a possibilidade de, nesta fase, dado que a calçada lateral vai ser retirada e substituída por lajes, se verificar o estado de conservação das redes de esgotos e de distribuição de água potável, considerando que estas são muito antigas e que há longos anos precisam de intervenção, referindo ser do senso comum, aproveitar a realização de obras para se avaliarem outras situações. Disse ainda que neste âmbito também é urgente fazer o levantamento das necessidades de intervenção nestas redes lembrando o que acontece com frequência na Ribeira de São Gregório, dando conhecimento que a montante do Jardim Municipal, na mesma ribeira, o cheiro tem sido muito desagradável nomeadamente ao início da noite dado que o curso de água é escasso, o que não pode ser imputado à Câmara Municipal.-----

----- Para terminar, questionou também a previsão para o arranque das obras da requalificação da Zona Ribeirinha, considerando que, para que esta zona venha a ser de fruição, será necessário sensibilizar as empresas a montante para implementação de sistemas de tratamento de águas residuais. Opinou ainda ser necessário que antes das descargas serem feitas para o rio Maior a água deverá estar devidamente tratada para não ser um contaminante para a vida, fauna e flora do rio Maior, salientando que quando se refere a empresas, o faz em sentido lato, porque não podem ser esquecidas as pecuárias situadas a montante do rio. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para se reportar à Feira Nacional da Cebola e disse ao Vereador Daniel Pinto que quem destruiu a Feira foi o Partido Socialista por não ter feito planeamento urbanístico e por ter construído um Pavilhão sem criar zonas específicas em redor deste para a realização da feira e para estacionamento. Lembrou que em dois mil e nove não havia atividades no primeiro andar do Pavilhão Multiusos, salientando que foi a Coligação que revitalizou a feira, assim como foi o Partido Socialista que deu às Tasquinhas a dimensão que têm atualmente, o que não aconteceu com a Frimor que foi destruída pelo Partido Socialista.-----

----- Terminou esta matéria referindo que a Frimor que o Partido Socialista deixou em dois mil e nove, se resumia à Avenida das cebolas, ao rés-do-chão do Pavilhão e aos espetáculos realizados. -----

----- Continuou no uso da palavra para dizer que a Escola Municipal de Natação de Rio Maior foi reconhecida pela Federação Portuguesa de Natação com o Grau três – Ouro, no passado dia treze de outubro durante a Gala da Natação 2018, distinção esta que representa o reconhecimento das ótimas instalações que Rio Maior tem e da gestão feita que tem sido de excelência. Este prémio também se deve à qualidade pedagógica, didática e de gestão da piscina, pelo nível dos processos de ensino, tendo também em consideração os recursos humanos ali existentes. Disse também que a Escola Municipal de Natação é reconhecida pela Federação Portuguesa de Natação como escola modelo no País e conta com mais de mil alunos e cerca de dez professores. Parabenizou a Desmor na pessoa da Dra. Diva Cobra, Presidente do Conselho de Administração, o Dr. José Rui Silva, Coordenador Pedagógico da Escola e todos os funcionários. -----

----- Continuou a intervenção para dar conhecimento que esta semana o Presidente do Comité Olímpico do Brasil visitou a Desmor acompanhado do Presidente do Comité Olímpico de Portugal, tendo aquele revelado que, caso haja entendimento entre as partes, este poderá ser o parceiro escolhido para os jogos de Paris, em dois mil e vinte e quatro. Referiu que a equipa de triatlo já treina em Rio Maior. Finalizou salientando que é uma honra para Rio Maior e para o concelho ter instalações desportivas reconhecidas mundialmente. -----

----- Também conhecimento que foi criada uma Rede Peninsular de Inovação e Tecnologia que está a decorrer em Rio Maior e Santarém, da qual fazem parte o Centro de Negócios de Rio Maior, o Instituto Politécnico de Santarém, o Parque de Ciência de Aveiro, a Universidade de Aveiro, a Universidade de Málaga, o Parque Tecnológico de Andaluzia, a LISPOLIS e a Universidade do Algarve. Referiu que neste encontro em Rio Maior houve uma sessão de formação para os alunos destas universidades e em Santarém também se vão realizar encontros e reuniões. -----

----- Terminou a intervenção referindo que esta é uma rede de inovação aberta onde se pretende que exista transferência de tecnologia e criação de empresas ibéricas, resumindo uma rede que não pensa só o presente, mas também o futuro. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para responder ao Vereador Daniel Pinto relativamente ao assunto da Frimor e opinou que qualquer partido tem opções, prioridades, formas de gestão e posições políticas, sugerindo a leitura de documentos que permitam uma opinião sustentável, nomeadamente as atas. -----

----- Continuando no uso da palavra e sobre a intervenção da Vereadora Ana Filomena Figueiredo disse ser com satisfação que se constatava a melhoria dos espaços verdes, dado que uma nova empresa entrou em funções, verificando-se uma melhoria tanto no corte de relva, como na replantação e até na manutenção dos espaços.-----

----- Quanto às ervas existentes nos separadores das ruas referiu que vai ter em consideração a sugestão para que as mesmas sejam substituídas por flores.-----

----- Sobre as intervenções na Praça da República e zonas envolventes, Praça do Comércio e laterais da Rua Serpa Pinto informou que estas não vão ser retiradas, sendo colocada laje no centro da Rua Serpa Pinto.-----

----- Relativamente à Rede de Esgotos e de Distribuição de Água disse que esta obra não irá ser tão interventiva que permita agir no subsolo dado que o projeto não contempla esta situação. Quanto aos maus cheiros na Ribeira de São Gregório informou que a situação já foi comunicado à GNR e está a ser feita a averiguação para se saber de onde provêm os maus cheiros. -----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se às questões da Proteção Civil e fez o resumo do que foi o dispositivo especial de combate a incêndios rurais no ano dois mil e dezoito, salientando a forma como a Câmara encarou esta matéria e a grande envolvência de todos os parceiros. Disse ainda que tiveram nos Presidentes das Juntas de Freguesia parceiros inigualáveis na conquista de uma nova forma de trabalho, referindo que foram colocados novos marcos de incêndio, adquiriu-se um novo camião para apoio logístico especial, as Juntas de Freguesia foram equipadas com sistemas de comunicação e identificação, foram realizados briefings com toda a Comissão Municipal de Proteção Civil, foi feita formação de comunicação rádio, foi desenvolvido o programa proposto pelo Governo designado por “Aldeia Segura”. Foi também desenvolvido o projeto “pontos de encontro da população” nas Freguesias e na Cidade em caso de catástrofes, foram nomeados “oficiais de ligação” em cada Freguesia para fazerem o acompanhamento em caso de necessidade e foi implementado um programa de emergência quanto às “ondas de calor” que surgiram neste verão.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

----- Salientou o excelente trabalho desenvolvido no âmbito da Proteção Civil de Rio Maior, referindo que no ano de dois mil e dezassete ardeu uma área de noventa e três hectares e meio e em dois mil e dezoito arderam vinte e quatro hectares, tendo o número de incêndios reduzido para metade, sendo de cinquenta em dois incêndios em dois mil e dezassete e de vinte e seis, em dois mil e dezoito. Disse também que houve menos trinta por cento de falsos alarmes e que a maior área ardida foi cerca de metade da área ardida em dois mil e dezassete, com trinta e seis hectares e em dois mil e dezoito apenas dezasseis hectares e meio. -----

----- Fez um agradecimento especial a todas as forças envolvidas na Proteção Civil com especial destaque a todos os Bombeiros Voluntários que, em sua opinião, são o “braço armado e real da Proteção Civil”. Referiu ainda que o ataque inicial aos incêndios rurais foi muitíssimo eficaz dado que o ataque inicial é a função mestra e basilar de todo o ataque a um incêndio, o que foi feito com muita atenção.-----

Agradeceu a todos os riomaiorenses que decidiram dar cumprimento à legislação em vigor fazendo a limpeza dos seus terrenos, sendo um esforço monumental para todos os Portugueses, mas com esse esforço foi possível reduzir em muito as ignições.-----

----- Para terminar opinou que a sorte também abundou e esteve aliada a um grande trabalho de todos os agentes dado que nenhum sistema de proteção contra incêndios é perfeito e deu o exemplo de Mação que era considerado um concelho modelo na preparação do seu terreno e na sua intervenção em Proteção Civil e que foi o caso nefasto do ano de dois mil e dezassete em que todo o concelho ardeu. Terminou agradecendo mais uma vez a todos os agentes da Proteção Civil do concelho de Rio Maior. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por informar a Vereadora Ana Filomena Figueiredo que o início da obra da Zona Ribeirinha está a aguardar o visto do Tribunal de Contas considerando tratar-se de uma obra de um milhão e oitocentos mil euros, referindo que, caso o valor da obra fosse inferior a novecentos mil euros, a obra poderia avançar. -----

----- Relativamente ao prémio Poeta Ruy Belo disse que está um grupo de trabalho a preparar este assunto para ser presente a reunião de Câmara e quanto à requalificação da casa do Poeta Ruy Belo disse que o projeto está a ser desenvolvido, estando a Câmara a tentar o respetivo financiamento. -----

----- Continuou a intervenção referindo que foi aprovada a candidatura europeia ao programa *Interreg Espaço Atlântico*, aprovação esta que salientava que “o sucesso na Europa é um orgulho muito grande para o seu município e para o nosso País”, frisando que são raros os municípios que se podem vangloriar com este feito, referindo também que este projeto será certamente “uma bandeira” para Rio Maior e para o concelho.

Agradeceu à Vereadora Filomena Figueiredo todo o trabalho desenvolvido no citado projeto. -----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano referiu que ao abrigo da legislação em vigor os partidos com assento na Assembleia Municipal foram auscultados para apresentação de propostas, sendo que o Partido Socialista quando enviou as suas propostas já tinha conhecimento dos documentos para Reunião de Câmara, nomeadamente, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. -----

----- Seguidamente disse ao Senhor Vereador que usar palavras como “falácia, fraude, e uma Coligação que não existe” não faz qualquer sentido, salientando que os assuntos da Coligação são discutidos na Coligação e que os assuntos dos Partidos são discutidos nos Partidos. Salientou ainda que a maioria foi eleita com base num acordo de Coligação pré-eleitoral que se mantém, recordando que nas eleições os riomaiorenses escolhem os Vereadores, manifestando o seu desagrado pela renúncia do Vereador João Teodoro Miguel, sem qualquer justificação.-----

----- Relativamente à delegação de competências frisou que a competência em causa era sua, podendo delega-la em quem desejar.-----

----- Ainda sobre a casa do Poeta Ruy Belo que era um projeto anterior, referiu que o mesmo está a ter continuidade e a decorrer com toda a normalidade e salientou que o objetivo primordial é trabalhar pelo superior interesse do concelho e esse reconhecimento tem sido feito nos atos eleitorais, onde conseguiram grandes maiorias.

----- Terminou a intervenção referindo-se ao assunto para conhecimento sobre as propostas de datas de realização das Feiras para o ano 2019 quando o Vereador diz que não há memória de uma feira assim questionou desde quando é que não há memória. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação) -----

----- Ausentou-se da sala de reuniões o Vereador João António Lopes Candoso por estar impedido de participar na votação. -----

----- **PONTO II – ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2019 DA DESMOR, E.M.S.A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das disposições conjugadas no artigo 42º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto e nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 24º e n.º 2 do artigo 28º dos Estatutos da Desmor, E.M., S.A., que o sentido

de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da Empresa, seja favorável à aprovação dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2019 apresentados pela empresa bem como à aprovação da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro conjugada com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Relativamente a este assunto disse que a Desmor é uma empresa fulcral para a gestão do ativo estratégico do Desporto no município de Rio Maior. Parabensou a equipa desta empresa por todo o trabalho desenvolvido e a Câmara Municipal por interagir de uma forma muito direta com referida empresa. Em sua opinião Rio Maior continua a ser uma referência nos equipamentos desportivos, considerando no entanto que algumas rúbricas do Orçamento têm falta de objetividade e verdade, nomeadamente o facto de não estar espelhado no documento a relação que a Câmara Municipal tem com a Desmor nos serviços de distribuição de água e eletricidade. -----
----- Terminou este assunto desejando a toda a equipa da Desmor um bom trabalho para dois mil e dezanove. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se pelo trabalho desenvolvido pela Desmor e também pelos objetivos estratégicos assumidos, constatando que a referida empresa municipal é uma empresa amiga do ambiente e sugeriu que a Câmara também encontre uma estratégia para que na Feira das Tasquinhas os bares disponibilizem copos reutilizáveis. -----
----- Ainda relativamente a este documento disse que, por lapso, na descrição dos centros de atividades, falta referenciar a atividade “adaptação ao meio aquático” que a Câmara também promove e cujo público alvo são os alunos do pré-escolar. Disse ter verificado que no Orçamento das piscinas de vinte e cinco e cinquenta metros, no Estádio e Campos relvados, Polidesportivo, Multiusos e Centro de Negócios não refere os gastos com água, o que não acontece com o Pavilhão Gimnodesportivo onde todos os valores estão bem discriminados. Em sua opinião todos os riomaiorenses percebem que esta infraestrutura é muito dependente do município quanto ao consumo de energia e de água. -----
----- Terminou a intervenção referindo-se ao uso excessivo de água nos balneários das escolas e sugeriu que se projetasse a colocação de temporizadores programados com o tempo essencial para um duche. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para informar que já existiram reuniões lideradas pelo Vereador Lopes Candoso, com a presença da Dra. Diva e de técnicos do município no sentido de se fazer o levantamento de todas as alterações profundas e financeiramente exigentes que sejam necessárias fazer para que possa ser possível a separação total do fornecimento de energia elétrica à Desmor. -----

----- Referiu que este assunto tem sido uma fonte de preocupação para a empresa e para a Câmara Municipal, recordando que o facilitismo da construção inicial, atualmente revela estas dificuldades, mas sendo sempre possível fazer as alterações que forem consideradas necessárias. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que este é um trabalho que está a ser feito referindo que se verifica a necessidade de se fazer investimentos num PT. Disse ainda que Desmor é uma empresa municipal que subsiste dos seus clientes e de todo o serviço que presta à comunidade, mas não pode ter prejuízo.-----

----- Lembrou que é o município que define a política desportiva da empresa e caso defina que os clubes que utilizam as instalações não pagam um custo social por essa mesma utilização, não será a Desmor a suportar esses custos, mas sim o município, o que terá de constar no contrato programa, para que a Câmara possa transferir as verbas. Mencionou ainda que, caso seja a empresa a suportar todos os custos com a energia, o município terá de aumentar os valores constantes do contrato programa, o que implicará um maior investimento por parte do município. -----

----- **A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DIVA FABIANA CONSTANTINO COBRA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto referindo que uma grande parte da água é abastecida por um furo, mas todo o valor da água e luz que é consumido está quantificado. Disse que a Câmara e a Desmor estão a fazer esse trabalho e a questão de fraude impõe uma ilegalidade que não existe porque seria igual ser a Câmara ou a Desmor a suportar esses valores dado que tudo funciona como um equilíbrio. Disse que se houver um aumento nos custos da exploração esse aumento é refletido no valor dos preços. -----

----- Esclareceu ainda que a empresa municipal tem uma dependência do município de vinte e nove por cento e referiu que há capacidade para suportar os custos que possam advir do consumo da água e da luz. Frisou não haver ilegalidade porque o valor seria suportável, tratando-se apenas de uma questão de gestão contabilística. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que o problema de ilegalidade não se aplica porque este assunto vai a visto do Tribunal de Contas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a **abstenção** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Neste ponto optei pelo sentido de voto da abstenção porque considero que relativamente aos serviços públicos de fornecimento de energia elétrica e de água este Orçamento não está claro e transparente e essa informação não está espelhada de forma muito objetiva. Aproveito ainda para saudar o início do sistema de avaliação e desempenho e reconhecimento pessoal dos funcionários da Desmor”. -----

----- Declaração de Voto da **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto favoravelmente na esperança que para o ano o Orçamento da Desmor e Plano de Atividades já espelhem os gastos com eletricidade e água na perspetiva de uma melhor contabilidade de custos não só para a Desmor, mas também para o município. Sugiro ainda que se dê conhecimento a este órgão, um conhecimento detalhado para que todos nós saibamos do contrato final e suas atividades, público alvo e locais onde são desenvolvidas, bem como na rubrica “subsídios à exploração” venham discriminados não só a verba resultante do contrato com o município, mas das outras entidades que subsidiam as atividades praticadas nos espaços”. -----

----- **PONTO III – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2019 – DESMOR, E.M.S.A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do proposto e nos termos do artigo 26º do Estatutos da Desmor, EM, SA conjugado com o artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato programa para o ano de 2019 a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2019 – ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em face do disposto no

artigo 42º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto e do n.º 2 do artigo 26º e do artigo 27º dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, aprovar os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2019 apresentados pela Escola Profissional de Rio Maior.----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por saudar toda a equipa da Escola Profissional de Rio Maior, nomeadamente a sua Direção, o Diretor Pedagógico e a Diretora Administrativa e Financeira pelo trabalho que está a ser desenvolvido. Disse que esta escola é uma instituição que orgulha os riomaiorenses e um estabelecimento de ensino com impacto e uma verdadeira intervenção na mudança da vida dos jovens e das famílias.-----

----- Sobre o documento em análise e quanto ao ciclo de ensino que se iniciou em dois mil e dezoito referiu existir uma informação relacionada com a não abertura da turma de análises laboratoriais, recordando haver a expectativa de investimento programado para o Parque de Negócios, por parte da empresa GENERIS, com um relacionamento estratégico com a Escola Profissional. Questionou qual a visão da Direção da Escola e da Câmara sobre a não abertura do curso e qual o posicionamento perante o investidor GENERIS e ainda quais as perspetivas futuras de incluir o citado curso na oferta formativa da escola.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou o Vereador Daniel Pinto que a empresa já iniciou o período de inscrições para o novo curso. Disse ainda que a Escola já inaugurou o laboratório referindo acreditar que quando começar a referida formação esta terá muita procura e passará a constar da oferta formativa da Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- **GERENTE DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – ENGENHEIRO JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Iniciou a intervenção opinando que houve a expectativa de existir um curso técnico de análises laboratoriais em Rio Maior, não só pelo facto da instalação da empresa GENERIS mas também para apoio à indústria alimentar, mas não se verificou receção por parte dos alunos, embora a Escola tivesse investido cerca de vinte mil euros num laboratório de ciências laboratoriais, de excelência, para dar resposta a Rio Maior. -----

----- Explicou que já existem oficinas e laboratórios de eletricidade de excelência e neste momento há também um laboratório de ciências laboratoriais com muita qualidade que pode apoiar todos os cursos na área de físico-química e na área da saúde. Referiu que no início do ano o Conselho Consultivo será ouvido para se pronunciar sobre os cursos que irão abrir no próximo ano e salientou que a Escola continuará a investir na qualidade e ainda forma menos alunos do que aqueles que seriam necessários para colmatar as necessidades das empresas.-----

----- Continuou a intervenção referindo que Rio Maior tem um nível de desemprego de três e meio por cento e as empresas procuram pessoas para trabalhar e não encontram em Rio Maior e salientou que terão de ser criadas condições para as atrair e fixar no concelho. Disse ainda que a Câmara vai dar apoio em formação pós laboral, tendo em vista a especialização de pessoas que possam integrar as indústrias agro alimentares de Rio Maior.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu o grande prestígio da Escola Profissional de Rio Maior que levou a que fosse procurada por alunos dos concelhos vizinhos. Salientou o excelente trabalho dos agrupamentos de escolas que se traduz no facto dos alunos chegarem cada vez com menos idade ao nono ano e não têm a verdadeira perceção do que é o ensino profissional e visam frequentar o ensino superior. Disse ainda que o Conselho de Gerência em conjunto com a Direção Pedagógica, Administrativa e Financeira tem mais um objetivo a atingir, nomeadamente, captar mais alunos de Rio Maior e de concelhos vizinhos. -----

----- Terminou referindo que as empresas precisam de pessoas com grande capacidade técnica, opinando que quando há emprego as pessoas se fixam contribuindo para isso um concelho que tem e oferece qualidade de vida.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Congratulou-se com a baixa taxa de desemprego que existe no concelho, o que, na sua opinião, revela que se transformam as dificuldades em oportunidades permitindo assim fixar empresas e também as pessoas, considerando que estas vêm trabalhar para Rio Maior. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se pelo facto dos laboratórios estarem disponíveis para serem usados, referindo a existência de conflitos ao nível dos laboratórios das Escolas Profissionais, considerando conveniente trabalhar e arranjar estratégias que promovam e cativem alunos para a inscrição nesses cursos profissionais. Sugeriu que houvesse uma reunião com os diretores das Escolas em conjunto com o grupo de física química e se verificasse qual o programa, para, posteriormente, serem propostas atividades. Sugeriu ainda que os alunos do nono ano das três Escolas do concelho fossem convidados para participarem e desenvolverem uma atividade num laboratório. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- O Vereador João António Lopes Candoso voltou à reunião. -----

----- **PONTO V – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2019, MAPA DE PESSOAL E ATUALIZAÇÃO DE TAXA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea c) do

n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019. -----

----- Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2019, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

----- Deliberou ainda decidir que o montante dos encargos relativos a remunerações, a postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal e para os quais se preveja recrutamentos, e os encargos com alteração de posicionamento remuneratório seja o que consta no orçamento municipal para o ano de 2019. -----

----- Deliberou também, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atualização da taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remição do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre o ponto em discussão disse que “falhar o planeamento é planear o falhanço”, referindo que qualquer estratégia que se tenha de desenvolver para atingir metas e objetivos tem de ser planeada e quantificada, sendo isso que este Plano traduz para o exercício de dois mil e dezanove para que assim a Câmara Municipal possa executar o referido Plano estratégico e as suas grandes orientações, as quais foram definidas pela maioria, apesar de ter havido um momento de auscultação das forças políticas representadas na Assembleia Municipal e que no caso do PS, foram apresentadas propostas que não ficaram espelhadas, e, apesar do Plano reunir um conjunto de medidas, investimentos e projetos que são bem-vindos para Rio Maior, mas não sendo o Plano do PS não poderia fazer uma apreciação globalmente positiva e também não iria analisar de uma forma mais pausada cada rúbrica porque se tornaria fastidioso.-----

----- Ainda relativamente ao Plano disse que é ao longo do ano civil e económico da sua execução que se vai percebendo quais são as condições económicas e estratégicas e quais as janelas de oportunidade que se podem maximizar. Referiu ainda que o Plano identifica um conjunto de iniciativas válidas e um conjunto de projetos meritórios, mas ao longo dos anos, várias iniciativas identificadas vão para as “calendas” e acabam por não se concretizar em Rio Maior.-----

----- Salientou que não é o Plano que vem dizer o que se vai concretizar, porque já existiam investimentos identificados e quantificados, com candidaturas aprovadas e já se pode claramente dizer e quantificar o que vai acontecer em dois mil e dezanove, como as requalificações da Vila Romana e da Frente Ribeirinha, portanto o documento tem essa objetivação e esse dom de apontar o caminho para o próximo ano.-----

----- Ainda sobre esta matéria recordou expressões que a Coligação tem utilizado ao longo dos tempos, nomeadamente, “faz-se o que se pode”, “aproveitam-se os fundos comunitários existentes, “porque ainda não abriu”, “porque os fundos comunitários é para PEDU’s e afins e só há dinheiro para isso”, mas, apesar de tudo, continua a acreditar que não é bem assim porque vai estando atento ao que acontece no País e vê outras realidades e outros municípios a maximizarem projetos e a fazerem obra em áreas que em Rio Maior se ouve dizer não ser possível por não haver Fundos Comunitários disponíveis. Frisou que este documento continua a não identificar, a não quantificar e a não apontar o caminho para o futuro em áreas que, em sua opinião, seriam prioritárias.-----

----- Disse que são opções políticas e que estas não são as grandes Opções do Plano que considera prioritárias para o município de Rio Maior, opinando que Rio Maior sai a perder com estas opções que foram tomadas ainda que existam investimentos positivos, salientando que não é contra tudo o que está identificado, apenas considera que na sua essência não responde ao que deveria ser o desenvolvimento estratégico para o município. -----

----- Continuou a intervenção referindo que a Senhora Presidente está a três anos de terminar o mandato e deseja fazer obra, o que é compreensível dado que na vida todos querem fazer obra, materializar e deixar uma marca daquilo que são as respetivas ideias de desenvolvimento. -----

----- Em sua opinião a Senhora Presidente tem aqui a sua derradeira oportunidade, enquanto Presidente de Câmara, de deixar a sua “marca” e por isso optou pelas iniciativas que estão espelhadas no documento considerando que algumas dessas iniciativas são importantes para Rio Maior. Referindo-se à requalificação da Frente Ribeirinha disse que não há alternativa a não ser olhar com muita seriedade para a questão da despoluição do rio Maior, considerando impensável programar-se um investimento estratégico para Rio Maior com a expressão da Frente Ribeirinha e continuar a olhar para o rio quando tem água e perceber que há uma poluição desmesurada e que a Câmara diz que não pode fazer nada porque não tem legitimidade, porque não tem competência e opinou esta questão deve ser ultrapassada e tentar fazer o que for necessário. Salientou não fazer sentido programar um investimento de milhões e depois existir um plano de água e uma Frente Ribeirinha completamente poluídos.-----

----- Deu os parabéns pela requalificação da Vila Romana frisando que é um belíssimo investimento e desejou que o mesmo consiga atrair e fixar os visitantes, lembrando que todos os investimentos na área da recuperação e da defesa do património são muito importantes, não podendo ser esquecido que, cada vez mais, os recursos culturais e

patrimoniais resultam e tornam-se atrativos e sustentáveis com investimentos na área da tecnologia e da sustentabilidade. -----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se ao programa televisivo transmitido no passado dia dezoito, denominado “Quadratura do Círculo” com a presença do Dr. José Pacheco Pereira, onde foi referido que a Biblioteca e Arquivo *EPHEMERA* da Vila da Marmeleira passou a patrocinar a equipa de futebol dos veteranos da Vila da Marmeleira, salientando que no referido programa se falou muita da defesa do património opinando que o trabalho que está a ser feito pelo Dr. José Pacheco Pereira é de enormíssima qualidade e que a Senhora Presidente tem todas as condições para defender esse trabalho tendo como base Rio Maior.-----

----- Disse também que outros municípios já estão a aproveitar o trabalho que está a ser desenvolvido por cento e cinquenta voluntários espalhados por todo o País nomeadamente, em Setúbal e Barreiro e opinou que Rio Maior teria todas as condições para dizer ao Dr. José Pacheco Pereira e à Associação efémera, disponibilizando meios e espaço dado que o espólio aumenta e enriquece dia após dia, para que possa ser valorizado em Rio Maior.-----

----- Ainda sobre esta matéria recordou que António Lobo Antunes recentemente escrevera um artigo na revista *Visão* em que dizia que o trabalho que o Dr. José Pacheco Pereira está a desenvolver merecia ser traduzido em “Museu da Democracia ou Museu da História do Pensamento”, sendo o que Óbidos está a fazer a propósito do “FOLIO” com a criação do Museu da Língua Portuguesa e considerou que é esta visão que está a faltar ao município de Rio Maior, sugerindo mesmo que passe das festas e festinhas e da gestão corrente para questões de fundo, de estratégia e de poder que afirmem Rio Maior no contexto local, regional e nacional. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- No uso da palavra começou por se referir à Fundação António Quadros e deu conhecimento que esta Fundação tem dificuldades de espaço estando por esse motivo a recusar espólio, referindo que a mesma é muito visitada e muito frequentada por historiadores. -----

----- De seguida referindo-se ao Orçamento felicitou o Executivo pelo aumento significativo do valor a transferir para as Juntas de Freguesia, questionando se estas verbas são resultantes do Executivo estar a ponderar a possibilitar de aumentar as transferências de competências para as Juntas de Freguesia. -----

----- De seguida deu conhecimento que sendo uma Coligação foi decidido em Plenário Concelhio do CDS-PP que a Coligação continuasse e opinou que ficava bem ter sido convidada pelo Executivo para uma reunião de Orçamento, como fazem com os outros partidos com assento na Assembleia Municipal. Referiu acreditar tratar-se de um lapso.-

----- Continuou a intervenção afirmando que os Executivos presididos pela Dra. Isaura Morais têm feito um bom trabalho na redução da dívida e como dois mil e dezanove é ano de eleições, o Governo decidiu aumentar em 6,2% as verbas dos municípios, o que lhes irá permitir alguma folga, a qual deve ser aproveitada. -----

----- Continuou a intervenção para questionar a que se refere o valor mencionado na página trinta e seis, no item da receita, onde se lê “ativos financeiros - alienação de partes sociais de empresas”. -----

----- Disse também constatar com agrado o recrutamento de mais pessoal para integrar o Mapa de Pessoal, questionando com que setores este aumento de pessoal está relacionado, ou seja, se está relacionado com setores específicos, se é abrangente ou se é para colmatar falhas existentes.-----

----- Quanto às Grandes Opções do Plano disse que só encontrava verba aberta para a ampliação e remodelação do cemitério municipal e recordou que no ano anterior numa das reuniões de Orçamento fizera alusão a uma preocupação que deve existir quando se está a fazer grandes obras, e, sendo as obras da Zona Ribeirinha e da Vila Romana os “olhos” deste Executivo, opinou que se deve olhar não só para o rio, mas também para o cemitério, devendo ser analisada a forma de requalificar a parte exterior do cemitério para se enquadrar em todo o espaço que vai ser intervencionado.-----

----- Ainda no uso da palavra felicitou o Executivo pela construção de sepulturas aeróbicas no cemitério municipal de Rio Maior e questionou se já fora colocada a relva no cemitério de São João Batista para dar como concluída a intervenção feita em dois mil e dezassete com as sepulturas aeróbicas. -----

----- Felicitou ainda o Executivo por ter dado continuidade ao “Animatro”, um projeto vencedor do Orçamento Participativo Jovem de dois mil e dezassete que trouxe o teatro para a rua com *workshops* onde todos tiveram oportunidade de participar. -----

----- Continuou a intervenção referindo que “vê com bons olhos” a criação de uma bolsa de investigação da obra de Ruy Belo e referiu que não constatou a existência de qualquer rúbrica para a criação da vertente lúdico cultural da Vila Romana, considerando que a par da obra em bastidores tem de ser acautelada esta situação porque hoje em dia os museus e os espaços musealizados têm de estar equipados com tecnologia e animação para atrair e cativar público. -----

----- Por último referiu-se ao quadro de pessoal mencionado na página trinta e quatro dizendo que a Equipa Multidisciplinar de Intervenção Concelhia se encontra criada por três anos e é composta por técnicos a termo, referindo que uma técnica superior pertence à Câmara e que uma assistente técnica está em regime de mobilidade interna, questionando a razão de estar criado mais um lugar provisional. -----

----- **CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA, EDUCAÇÃO, CULTURA E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO** -----

----- Interveio para esclarecer que os lugares da EMI se mantiveram tal como estavam previstos no ano anterior não obstante já estarem preenchidos aqueles lugares manteve-se o que estava previsto anteriormente. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto e opinou que quando se fala do passado se compreende o presente e perspetiva-se o futuro. Referiu que este Orçamento é de cerca de vinte e quatro vírgula sessenta e cinco milhões de euros e que representa um aumento de cinco por cento em relação ao ano anterior. Referiu também que no final de dois mil e dezoito a Câmara apresenta uma dívida de cerca de oito virgula quatro milhões de euros, o que representa uma diferença de cerca de dezassete virgula seis milhões, em relação ao que existia quando o executivo da Senhora Presidente assumiu a Câmara, dado que a dívida rondava cerca de vinte e seis milhões de euros, representando uma redução de dezassete virgula seis milhões em nove anos salientando que esta redução da dívida existiu fazendo obras. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que em dois mil e nove a dívida correspondia quase a cem por cento do Orçamento da Câmara e atualmente a dívida representa trinta e quatro por cento do Orçamento. Sobre a dívida a médio e longo prazo informou que a mesma no final do presente ano será de cerca de sete milhões e cem mil euros contando com os encargos com o FAM. A restante dívida é de curto prazo e vai transitar porque se está a fazer obras e existem pagamentos a trinta dias, representando cerca de um milhão e trezentos mil euros prevendo-se que no final do ano passe para cerca de oito virgula quatro milhões de euros. Referiu que a dívida no final do ano corrente será na ordem dos sete milhões de euros, sendo que o Orçamento prevê que no final de dois mil e dezanove exista uma dívida de cerca de cinco virgula cinco milhões de euros e salientou que este Orçamento vai novamente reduzir a dívida da Câmara em cerca de um milhão e meio de euros, com pagamentos a menos de trinta dias, aumentando as transferências para as freguesias e não prevendo recurso a qualquer empréstimo, mantendo um conjunto elevado de obras como a requalificação da Vila Romana, Frente Ribeirinha, Edifício da Moagem, Residência para Jovens Carenciados, a Eficiência Energética e manutenção de todas as atividades da Câmara Municipal. Terminou salientando que “ isto é gestão, é fazer obra, é pensar no futuro e não só no presente”.

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Subscreeveu as palavras do Vereador Lopes Candoso dizendo que a desmensurada vontade de deixar obra feita é uma ambição de todas as pessoas que fazem gestão de território e opinou que estão bem legitimadas pelo resultado de

eleições, mas a obra deve ser feita sem hipotecar a igual legitimidade daqueles que forem legitimamente eleitos a seguir. Reforçando as palavras do Vereador Lopes Candoso disse que em dois mil e nove a Câmara não tinha capacidade de endividamento e referiu ainda que quem tivesse as melhores intenções para Rio Maior estava manietado, não por sua culpa, não por vontade dos riomaiorenses, mas por opções tomadas anteriormente. -----

----- Recordou também que o Vereador Daniel Pinto dissera que todos gostam de fazer obra, mas por vezes nem todos podem porque as decisões anteriores não permitem que isso aconteça e salientou que a Senhora Presidente se quiser pode terminar hoje a sua intervenção em Rio Maior e Rio Maior deve ficar agradecido porque conseguir deixar de marca em Rio Maior a introdução de seriedade e retidão nas contas públicas, o que até aquela data não existia. -----

----- Reforçou de novo as palavras do Vereador Lopes Candoso e fazendo uma leitura política frisou que houve a redução da dívida mantendo o investimento que foi possível fazer. -----

----- De novo dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto disse que a referência que foi feita sobre a reunião que existiu com o Partido Socialista não é verdadeira considerando que “O Senhor Vereador Daniel Pinto na reunião que teve comigo e com todo Executivo, com a presença do Senhor Dr. Guilherme Gaboleiro apresentou as propostas para o Orçamento. Não é verdade, é falso. Ficou combinado que o Partido Socialista iria fazer chegar ao Executivo na 2ª feira imediatamente a seguir as suas propostas para que pudessem ser consideradas. Na 2ª feira recebi uma mensagem do Dr. Guilherme Gaboleiro informando que, por circunstâncias várias, não lhe era possível enviar esse documento e ficou de o enviar posteriormente. Acontece que o posteriormente só acontece quando já tinham sido enviados os documentos ou estavam na “calha” para serem enviados os documentos para os Vereadores. Portanto quando me diz que não incluímos as medidas do Partido Socialista, pois bem, não podíamos fazê-lo porque nós não as conhecíamos”. Assim, deixava o esclarecimento cabal, porque o que dissera, efetivamente, não corresponde à verdade”. -----

----- Ainda no uso da palavra e respondendo à Vereadora Ana Filomena Figueiredo sobre o convite para uma reunião do Orçamento disse que foram convidadas todas as forças com assento partidário inclusive da coligação acreditando que o CDS também foi convidado. Disse ainda que em termos de cumprimento estrito do que é processual não é suposto, não obstante concordou com a Vereadora referindo que dado o trabalho que foi desenvolvido por ambos e que seguramente irão continuar a desenvolver no futuro, deveria ter existido esse cuidado. -----

----- Relativamente às dúvidas colocadas sobre o reforço de pessoal disse que está previsto o reforço do setor de Obras Particulares com um técnico superior e com um assistente técnico, nas Obras Públicas com um técnico superior e um assistente técnico. Para o estaleiro está previsto reforçar com oito elementos assistentes operacionais e ainda um técnico superior de Turismo. -----

----- De seguida agradeceu às freguesias pelo trabalho desenvolvido e deixou o reconhecimento da Câmara por serem parceiros ideais de trabalho e salientou o facto de se ter conseguido encontrar em Orçamento espaço para um aumento das verbas a transferir para as freguesias que se traduziu em mais cento e cinquenta mil euros. Disse ainda que a jusante da aprovação deste Orçamento se consegue fazer uma adequação dos montantes transferidos à capacidade de trabalho instalado da freguesia correspondente. Referiu que não se vão fazer aumentos ou diminuições “cegas” nas freguesias, mas sim dotar cada freguesia de verbas correspondentes às suas capacidades de intervenção. Referiu ainda que a Câmara está disponível para ajudar as freguesias a conquistarem competências que não tenham adquirido até ao momento.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se ao convite para a Vereadora Ana Filomena Figueiredo estar presente numa reunião do Orçamento e subscreveu as palavras do Vereador Filipe Santana. -----

----- Seguidamente disse que o PS já está a fazer contas aos anos que faltam para que a sua vida autárquica termine e lembrou que ainda faltam três anos para terminar o mandato, referindo que se tem preocupado em fazer obras para dar qualidade de vida a quem vive nesta cidade e tentar fixar mais pessoas no concelho. Salientou que a sua preocupação é muito mais que isso e, em termos individuais, o que considera verdadeiramente importante não é tudo o que já fez ou o que vai fazer, mas sim a forma como esteve na vida pública. Disse que quem vier a seguir fará sempre mais e melhor, porque tem todo um trabalho e toda uma experiência anterior, sendo isso que fez com quem a acompanhou, quando assumiram funções, ou seja deu continuidade a todo o trabalho realizado anteriormente, exemplificando com a Escola Profissional e com a Desmor, a qual não tinha uma gestão profissional. Atualmente e depois de incutida essa gestão a citada empresa teve um aumento de negócios e um aumento de dormidas, passando de uma média de oito mil dormidas por ano para cerca de vinte mil.-----

----- Salientou que não pode ser acusada de “deitar por terra” projetos já existentes, apenas para “deixar marca”, salientando que a sua preocupação é a forma como irá ser recordada enquanto esteve na vida pública. Frisou o relacionamento com as freguesias,

com o movimento associativo, com as instituições do concelho e de fora do concelho, com os diferentes Governos e com os municípios.-----

----- Ainda no uso da palavra e dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto frisou que os Executivos Municipais por si liderados não têm falhado o planeamento, considerando que as taxas de execução dos orçamentos dos anos anteriores se aproximam dos noventa por cento. Opinou que, quando se se chega ao final do ano com uma taxa de execução de cerca de oitenta e oito a noventa por cento, não se falha planeamento. Recordou que em Executivos anteriores a taxa de execução era de cerca de cinquenta e cinco a sessenta por cento. -----

----- Relativamente a obras que o Vereador diz que outros municípios estão a fazer disse que este é o contexto e a realidade deste município e referiu que este foi o PEDU- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que a Câmara discutiu publicamente com os riomaiorenses, numa sessão pública realizada no Cineteatro com cerca de cem participantes, recordando também que antes já tinham existido reuniões sobre esta matéria algumas das quais lideradas pelo Dr. Carlos Frazão que em sua opinião fez um excelente trabalho. Referiu ainda que o Vereador Daniel Pinto esteve presente nessa reunião e não apresentou qualquer proposta para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que incluía as obras das Praças, da Vila Romana, da Zona Ribeirinha e Ciclovias. -----

----- Continuou a intervenção reportando-se às propostas do Partido Socialista para o Orçamento, as quais só chegaram após o PS ter recebido o documento.-----

----- Relativamente ao incentivo à Natalidade disse que as Juntas de Freguesia de Fráguas e de Rio Maior já o fizeram com a entrega de um cheque de setecentos e cinquenta euros endossado aos pais dos recém- nascidos. -----

-----No que se refere à redução do IMI disse que este se mantém dado que fora reduzido no ano anterior, sendo a taxa fixada em zero, trinta e oito por cento.-----

----- Relativamente à redução do tarifário da água disse que de momento não existem condições para redução deste tarifário.-----

----- Sobre a comparticipação na construção da residência de estudantes da Escola Superior de Desporto disse que, independentemente do que está a ser feito na zona velha da cidade, já foi adquirido um imóvel e está tudo encaminhado para ser adquirir outro tendo em vista a construção da residência de estudantes neste local. Ainda sobre esta matéria recordou que na reunião de preparação para o Orçamento fora questionada pelos Senhores Vereadores a comparticipação que a Câmara estava disponível para avançar, tendo informado que teriam disponibilidade para dez por cento, sendo que o PS na sua proposta refere quinze ou vinte por cento, opinando que se a proposta era só para alterar o que tinha dito, opinou que seria melhor terem proposto cinquenta por

cento. Considerou que o PS não tem sido amigo da residência de estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, assim como os Deputados Locais e os Vereadores e recordou que quando levou uma revisão orçamental à última Assembleia Municipal em que um dos pontos era para adquirir o segundo edifício para a residência o PS não votou favoravelmente.-----

----- Relativamente ao investimento na rede de saneamento básico e na rede de águas informou que o mesmo já está previsto. No que se refere à criação de um museu municipal informou que já estão a trabalhar nesse sentido, com a previsão de vários espaços museológicos que vão desde a Vila Romana, a Moagem e um outro edifício que está para ser adquirido numa permuta que se vai fazer e que poderá ser um espaço excelente para a Fundação António Quadros. -----

----- Finalizou a intervenção referindo que não se pode falar em falta de planeamento porque independentemente das taxas de execução do orçamento os riomaiorenses têm reconhecido a sua capacidade do planeamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o **voto contra** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra as Grandes Opções do Plano porque entendo que este documento não espelha as reais necessidades do município numa lógica de afirmação local, regional e nacional. Considero que Rio Maior continua a marcar passo naquilo que é o seu desenvolvimento económico/social e que no futuro deve a Câmara Municipal de Rio Maior procurar um documento com mais ousadia e com melhor pensamento e mais ambição”. -----

----- **PONTO VI - LANÇAMENTO DE TAXA DE IMI – 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal, em face da informação em apreço as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis: -----

----- 1) Fixar a taxa de IMI em 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI; -----

----- 2) Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- 3) Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; -----

----- 4) Não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista nos n.ºs 6, 7 e 12 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- 5) Mais deliberou reduzir a taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o **voto contra** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra esta proposta porque considero que deveria existir um desagravamento fiscal para as famílias em Rio Maior e concretamente que deveria existir uma política fiscal ao nível do IMI que possa potenciar inclusivamente o estímulo ao mercado do arrendamento que é um problema que existe em Rio Maior concretamente até para satisfazer as necessidades de alojamento dos alunos da Escola Superior de Desporto e outros alunos de outros estabelecimentos escolares”. -----

----- **PONTO VII – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS – 2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação apresentada propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de participação de 4,8% sobre o IRS, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.-

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a **abstenção** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- **PONTO VIII – LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2018**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia

Municipal em face da informação apresentada: -----

----- 1) Fixar a taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2018; -----

----- 2) Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2018 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação; -----

----- 3) Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2018 às empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ que, durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a **abstenção** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Considero que a Câmara Municipal de Rio Maior deveria avançar no sentido de um desagramento para as empresas e, concretamente numa lógica de desenvolvimento territorial e de análise comparativa com municípios vizinhos, Rio Maior devia posicionar-se num patamar de competitividade”. -----

----- **PONTO IX - 31º TORNEIO DE ATLETISMO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a realização do 31º Torneio de Atletismo das Freguesias do Concelho de Rio Maior, bem como a realização da despesa no valor global de 3.300,00€ (três mil e trezentos euros), nos termos da informação nº 7/DESP-UAECVCH/2018.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X - RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR COM O CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “O NINHO” – CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes das informações em apreço, proceder à renovação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o Centro de Educação Especial

“O Ninho” tendo em vista a inserção de nove cidadãos portadores de deficiência motora e/ou intelectual, assim como autorização da respetiva despesa para o ano 2018 e para o ano 2019. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para questionar, relativamente aos nove cidadãos portadores de deficiência, se havia um aumento em relação aos anos anteriores ou se é mantido o mesmo número.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer que se trata apenas de uma renovação do Protocolo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - BOLSA DE TURISMO DE LISBOA 2019 – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a participação do Município na BTL 2019 nos termos da informação nº07/UECVCH-TUR/2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Começou por dizer que não interveio na discussão do Orçamento porque era sua pretensão realçar esta área que em sua opinião merece uma especial atenção, salientando que :“Este Orçamento contempla também um novo começo e diria até uma nova fase para o Turismo em Rio Maior. Para além de todas as intervenções relativamente ao documento que eu subscrevo, realço que esta obra material antevê também aqui todo um trabalho imaterial e de promoção turística do concelho no seu todo que nós já iniciámos e que estamos a trabalhar no sentido de o “vender a curto prazo” como um produto de excelência. A nossa ambição vai mais longe e relativamente à Bolsa de Turismo de Lisboa não tenho dúvidas que num curto espaço de tempo Rio Maior e o nosso produto turístico será vendido além-fronteiras e é esse o nosso objetivo. Por saber que o Turismo é uma área muito querida para o Vereador Daniel Pinto espero que Deus lhe dê muita saúde para assistir ao acréscimo do turismo a que iremos assistir em Rio Maior”. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL POR TEMPO INDETERMINADO PARA PREENCHIMENTO DE POSTO DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL - UM ASSISTENTE OPERACIONAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do artigo 4.º do

Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar abertura de Procedimento concursal, nos termos e fundamentos constantes nas informações e Proposta em referência, atento o previsto no artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o preenchimento de posto de trabalho constante no mapa de pessoal, 1 assistente operacional a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público e com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte à data da publicação em Diário da República. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias subscrita por todos os Vereadores e pela Senhora Presidente** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Agradecer a aprovação de todos, justificar a necessidade da urgência deste procedimento e conjuntamente com esta necessidade de urgência, dado que a pessoa em questão que faleceu recentemente era condutor de veículos pesados e de máquinas cargo que é muito deficitário nesta Câmara e portanto qualquer falha terá que ser obviamente repostas. Só dar a conhecer a todos a tragédia que se assolou neste colaborador. A Câmara Municipal obviamente esteve representada nas cerimónias fúnebres deste colaborador, mostrar aqui a consternação de todo o Executivo e o apoio disponível para a família caso ela necessite e que de todas as quezílias que aqui vamos resolvendo para esta ainda não há solução e portanto a nossa mais profunda solidariedade para com a família enlutada”. -----

----- **PONTO XIII - CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA SITA EM CIDRAL – RIO MAIOR – PROCESSO Nº 142/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Parecer Jurídico de 03/10/2018 e pareceres da Chefe da UUPOTEP de 22/08/2018 e de 22/10/2018, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM PÉ DA SERRA – RIO MAIOR – PROCESSO Nº.240/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e Parecer da Chefe da UUPOTEP de 16/10/2018 e informação do Topógrafo de 15/10/2018, certificar que o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 10 da secção L, sito em Ladeiros, da freguesia de Rio Maior, é atravessado por via pública - Estrada Municipal 566. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV - PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 01/2017/CCE – PARA AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE VOZ E DADOS MÓVEIS – LOTE 2 – ANTECIPAÇÃO DE VERBA DO COMPROMISSO 2019/2020 PARA 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a antecipação da verba comprometida para os anos 2019 e 2020, para utilização em 2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI - HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS NO MERCADO MUNICIPAL DE RIO MAIOR – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das Informações de 22 de outubro de 2018, da Subunidade de Águas, Saneamento, Taxas e Licenças e parecer da Unidade Financeira e Ação Social, de 23 de outubro de 2018, em apreço, adjudicar aos concorrentes em causa, a concessão do direito de ocupação de espaços comerciais no Mercado Municipal da Cidade de Rio Maior, bem como aprovar a minuta do respetivo contrato de concessão e a aceitação das apólices de seguro de responsabilidade civil entregues pelos arrematantes. -----

----- Mais deliberou, notificar os concorrentes da decisão de adjudicação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Relativamente a este assunto referiu que cerca de metade dos espaços ficaram desertos. Referiu ser um problema que assola o País e as localidades mais pequenas, mas que as cidades grandes têm vindo a resolver, nomeadamente Lisboa e Porto têm vindo a resolver este problema da dinamização dos mercados municipais. Exemplificou com o mercado do Bolhão no Porto e com os mercados municipais de Caldas da Rainha e Torres Vedras. Questionou quais as perspetivas de desenvolvimento para que estes

espaços que agora ficaram desertos possam ser ocupados para que o mercado municipal possa ser efetivamente dinamizado. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Interveio para informar o Vereador Daniel Pinto que já se tentou promover a ocupação das bancas através de uma isenção de taxas durante seis meses. Realçou as atuais condições de higiene e alimentares ali existentes e considerou que dá gosto visitar o Mercado porque está realmente bonito, até esteticamente. Disse ser necessário o “passa palavra” sobre a forma como os comerciantes do Mercado vendem Referiu acreditar que o nível de procura do Mercado irá aumentar, dando início a um novo ciclo e contribuindo assim para que mais pessoas ali se fixem. -----

----- Terminou a intervenção dirigindo um convite para que, tal como ele, todos os sábados façam as suas compras no Mercado em Rio Maior e deu conhecimento que em breve será dado a conhecer e publicitado no *site* da Câmara Municipal um plano de promoção de vendas para apoiar os comerciantes que presentemente estão no Mercado o que contribuirá para que na próxima hasta pública surjam melhores resultados.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVII - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – ANO 2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal: -----

----- 1. Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; -----

----- 2. Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 99/2015 de 02 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; -----

----- 3. Que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de

contratação pública; -----

----- 4. Que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2019, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2; -----

----- 5. Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVIII - ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – ANO LETIVO 2018/2019 --**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, apoiar os alunos na atribuição de suplemento alimentar (lanches), conforme indicado pelos Agrupamentos de Escolas e de acordo com o parecer emitido pelos serviços de Ação Social do Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIX - DISTINÇÃO DE MÉRITO DESPORTIVO DO CONCELHO DE RIO MAIOR – GALA DO DESPORTO – APROVAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com a proposta apresentada e aprovar a seguinte constituição da Comissão de Avaliação: -----

----- Diva Fabiana Constantino *Cobra* – Presidente do Conselho de Administração da Desmor, EM, S.A.; -----

----- Eduarda Maria Gomes Marques - Diretora da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IPDJ, I. P.; -----

----- João Miguel Raimundo Peres Moutão – Vice-presidente do Instituto Politécnico de Santarém; -----

----- Luís Miguel Pronto Pereira de Deus – Professor responsável da Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE) ESAF Rio Maior; -----

----- João Pedro da Silva Simões Martins – Editor de desporto na LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. -----

----- Mais se propõe que, ainda de acordo com o n.º 2 do artigo 9º do citado regulamento, a Comissão de Avaliação seja presidida pela Presidente do Conselho de Administração da Desmor, EM, S.A, Diva Fabiana Constantino Cobra. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que concorda com esta Gala do Desporto considerando-a uma iniciativa válida que existe um pouco por todo o País em diversos municípios. Disse que é importante reconhecer o mérito das instituições, dos atletas e dos atores seja no capítulo cultural ou desportivo. Considerou ainda que esta Gala sintetiza muito bem a sua opinião quando não há ambição e quando Rio Maior não se posiciona à escala Regional e Local. Disse que esta é uma iniciativa de âmbito concelhio e que todos os municípios de uma maioria geral, tem esta iniciativa da Gala do Desporto no seu concelho, considerando que falta a Rio Maior aproveitar a estratégia de desenvolvimento do desporto e alavancar isso à escala Nacional e Internacional. Disse que em Portugal ainda não existe um evento desta natureza e Rio Maior vai continuar a não conseguir acompanhar e exemplificou com Ruy Belo em que os municípios de Sintra e Óbidos é que estão a aproveitar. Referiu que Rio Maior está a perder a oportunidade de se posicionar como um concelho onde o desporto é rei e a estratégia fulcral no panorama daquilo que são as iniciativas de modernidade ao nível da comunicação. Saudou a iniciativa dizendo que é meritória considerando que este não é o caminho, dado que deveria haver mais ambição e frisou que, como já existe a nível Internacional, Rio Maior poderia integrar essa mesma rede internacional. -----

----- De seguida disse ter algumas dúvidas na constituição da Comissão de Avaliação que não integra nenhum elemento do Executivo. Em sua opinião será para garantir isenção e separação, no entanto sendo uma iniciativa do município considerava que deveria integrar a Comissão Técnica alguém em representação do município.-----

----- Finalizou indicando o sentido de voto favorável. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que este assunto é uma iniciativa do município frisando que a Câmara define as políticas desportivas, sendo as mesmas implementadas pela Desmor. Considerou que se alguém da Câmara integrasse a Comissão, provavelmente viriam dizer que sobre o aspeto ético e político poderia não ser muito correto. -----

----- Relativamente à Gala do Desporto disse que fazia parte do programa eleitoral da Coligação e referiu que a Escola de Natação de Rio Maior foi distinguida na Gala de Federação de Natação. Recordou que já existem as Galas da Federação de Natação, do Comité Olímpico de Portugal, das Confederações de Atletismo, do Jornal Record estando a Câmara a fazer o seu trabalho no concelho, premiando e distinguindo o mérito dos naturais de Rio Maior, daqueles que escolheram o Complexo Desportivo para fazerem a sua formação desportiva, fazendo ainda referencia ao Dr. Luis de Deus enquanto tutor da UAARE-Unidade de Apoio ao Alto Rendimento. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Interveio para dizer que quando abraçou este pelouro, muito trabalho já tinha sido desenvolvido pelo Vereador Lopes Candoso e referiu que o Executivo tem sempre ambição máxima, não tem é uma ambição desmedida. Disse ser bom referir os outros concelhos, mas considerou que estes também têm desporto que dificilmente terá a qualidade daquele que existe no concelho de Rio Maior. Referiu ainda que aquilo que os outros fazem é com eles, mas o que está a ser feito no concelho de Rio Maior é com o objetivo de no futuro se conseguir ter uma Gala a nível Nacional e opinou que, de momento, tudo tem de ser feito de uma forma ponderada. Frisou que existe ambição máxima mas não desmedida. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Relativamente a este assunto disse que a Gala do Desporto era uma promessa eleitoral da Coligação e que a mesma fazia sentido por se estar na cidade do desporto e recordou que o Vereador Daniel Pinto tem colaborado em algumas áreas sem que exista qualquer questão política. Recordou também que a primeira Gala começou a ser trabalhada ainda com o anterior Executivo ficando pronta a ser executada em dois mil e dezassete, no entanto fora uma opção não a realizar, dado considerarem não fazer sentido que a primeira edição ocorresse em ano de eleições. Referiu que o Regulamento existe, mas em sua opinião poderá ser melhorado e ajustado, exemplificando com o método da votação. -----

----- Salientou que é importante reconhecer aqueles que são de Rio Maior dado que Rio Maior é a cidade do desporto, com tantos atletas que começam a ter nome em termos Nacionais e Internacionais e que são os melhores do mundo. Disse que uma Gala Nacional poderia, eventualmente, reconhecer um ou dois atletas de Rio Maior, opinando que na cidade do desporto é importante reconhecer em cada época os atletas riomaiorenses e frisou ser fundamental que os dirigentes e os Clubes que trabalham afincadamente também devem ser reconhecidos. -----

----- Relativamente à proposta para o júri disse que o Regulamento menciona que cabe à Câmara definir a mesma e embora este ano ninguém do Executivo o integrasse, futuramente poderá ser diferente. -----

----- Informou que já existe um “outdoor” com o objetivo de dar a conhecer a Rio Maior a existência de uma Gala do Desporto que vai reconhecer os seus atletas e considerou que embora a Gala do Politécnico tivesse muito valor não ia ao encontro do reconhecimento do mérito do desporto em Rio Maior. Frisou que nesta data não faria sentir haver uma gala de âmbito nacional, mas eventualmente no futuro poderá haver duas galas, uma de âmbito local e outra de âmbito nacional. Terminou dizendo que existe abertura para no futuro repensar este assunto. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que a constituição da Comissão de Avaliação foi um assunto devidamente analisado e opinou que a mesma está muito bem composta. -

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO XX - AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO - ANO LETIVO 2018/2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 31/SUASE/2018, autorizar para o ano letivo 2018/2019, a transferência de verbas no valor de 4.090,80 €, para os agrupamentos de escolas relativo aos auxílios económicos ao 1º ciclo, sendo que o valor para o Agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva é de 2.016,00 € e para o Agrupamento Marinhas do Sal 2.074,80 €. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO XXI - AQUISIÇÃO DE 4 VITRAIS PARA A IGREJA MATRIZ DE RIO MAIOR - ESCOLHA DO TIPO DE PROCEDIMENTO - APROVAÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTO** -----

9----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos e fundamentos apresentados na informação em apreço: -----

----- Autorizar a realização de despesa no valor de 15.824,00 € (quinze mil oitocentos e vinte quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a aquisição de 4 vitrais para a Igreja Matriz de Rio Maior; -----

----- Autorizar a abertura de procedimento e aprovar as respetivas peças de procedimento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- A propósito deste ponto disse que é importante assinalar a passagem do tempo com os aniversários dos vinte e cinco e dos cinquenta anos, opinando que de facto deveria ser uma preocupação da ação humana e governativa assinalar a passagem do tempo com estas datas “gordas”. Considerou que a Câmara poderia ter feito mais ao longo deste ano relacionado com este programa comemorativo dos cinquenta anos. ---

----- Também a principal artéria da cidade, a Avenida Paulo VI comemora cinquenta anos e a data não foi assinalada e opinou que deveria ter existido mais sensibilidade para a valorização daquilo que são datas importantes e que representam o desenvolvimento urbano, o tecido social e a memória coletiva. Indicou o sentido de voto

como favorável e considerou que a Câmara também deve apoiar outras manifestações religiosas e outros pedidos que possam eventualmente surgir. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder ao Vereador Daniel Pinto dizendo que é prática habitual atender todos os pedidos. Informou que este pedido foi feito pela Comissão.-----

----- Relativamente à Avenida Paulo VI disse que ao longo dos tempos tem sido objeto de remodelações, nomeadamente nos espaços verdes e zonas envolventes. Opinou ser muito mais expressivo fazer a aquisição dos vitrais do que dar esse apoio sob a forma de subsídio e tudo está encaminhado para que os vitrais fiquem prontos no dia oito de dezembro.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXII - FERIADO MUNICIPAL 6 DE NOVEMBRO – PROPOSTA DE HOMENAGEADOS**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a proposta de atribuição de medalhas e distinções relativa às comemorações do 182º Aniversário da Elevação de Rio Maior a Concelho, a serem entregues na Sessão Solene Comemorativa do Feriado Municipal, 6 de Novembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que se aproxima uma data muito importante para a cidade de Rio Maior, para o concelho e para todos os riomaiorenses que é o feriado “6 de Novembro” e opinou que em “boa hora” ficou determinado que o feriado municipal de Rio Maior seria comemorado nessa data e não no dia “13 de Julho”. Opinou que é sempre bom reconhecer todos aqueles que desenvolvem a sua vida e o seu trabalho com abnegação, com espírito crítico, com participação cívica, social e cultural.-----

----- Lamentou o facto do seu avô não ter sido reconhecido em vida. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer o Vereador Daniel Pinto que o seu avô, o Senhor José da Silva Pulquério, foi homenageado no dia seis de novembro de mil novecentos e noventa.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de

forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHORA AIDA FRANCISCO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se à Praça do Comércio e manifestou o seu descontentamento pelo facto de estarem a retirar todas as árvores, considerando que são as árvores que fornecem o oxigénio não sendo possível repô-las de um dia para o outro. -----

----- Seguidamente referiu que a falta de rega está a deixar morrer as plantas na cidade, considerando não fazer sentido ter uma cidade com alguma arborização e algumas plantas e depois não as regar. Referiu também que a escultura que está no Jardim Municipal decorada com amores-perfeitos é lindíssima mas não chega. -----

----- Ainda sobre o Jardim Municipal lamentou que só se tenha pensado em quem anda de “skate” referindo que as pessoas que gostam de estar sentadas a ler um bom livro, a tomar conta dos netos ou a conversarem entre amigos não têm um banco para se sentarem, apenas “uma espécie” de bancos feitos em pedra que não servem para nada porque de inverno chove e de verão não têm uma única sombra próxima. -----

----- Terminou dizendo que só a zona das piscinas é regada. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para manifestar a sua satisfação pela intervenção da Senhora Aida Francisco dizendo que a mesma foi na defesa das árvores e das plantas que são a sua paixão. Esclareceu que inicialmente as árvores da Praça do Comércio eram para manter, mas devido a questões técnicas existiram alterações e leu uma informação do Gabinete de Apoio à Intervenção das Obras em Espaço Público e Arquitetura Paisagística, contendo a fundamentação técnica emitida sobre esta matéria, referindo ainda que face a um projeto para executar que se espera duradouro, considerava ser um ato de má gestão não dar seguimento a uma informação dos serviços devidamente fundamentada. -----

----- Relativamente à falta de rega das plantas da cidade referiu que é uma outra empresa que faz a manutenção dos espaços ajardinados, bem como a limpeza dos espaços públicos. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para informar que a falta de rega que ocorreu em diversos espaços da cidade, não só em canteiros como também nas rotundas provocou a quase morte de algumas áreas de relva e ficou a dever-se ao tempo de transição de uma empresa para outra. Também se verificou o roubo de catorze programadores do sistema de rega da cidade o que aliado à troca de empresa deu origem à calamidade e à catástrofe referida. Deu conhecimento que foi feita uma queixa formal do roubo junto das autoridades

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

competentes dizendo que não pode ser a Câmara a liderar essa investigação. Terminou salientou que tudo está a voltar à normalidade e o serviço está a ser melhorado. -----

----- **SENHORA AIDA FRANCISCO** -----

----- Interveio de novo para referir que a Câmara comprou diverso mobiliário urbano que não foi colocado porque não há funcionários para o fazerem. Questionou se valeu a pena gastar o dinheiro ou se valerá a pena pagar a alguém que venha colocar esse mobiliário. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- De novo no uso da palavra informou a Senhora Aida Francisco que a referência feita não corresponde à verdade e que não existe nenhum equipamento no estaleiro que esteja “misteriosamente” à espera de pessoal para ser colocado. Referiu que a reposição de material urbano vai sendo feito gradualmente, quer sejam novas colocações ou substituições. Frisou que neste momento não existe nenhuma compra feita para colocação de material num determinado sitio e que esteja à espera de ser colocada por falta de pessoal. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas, e quinze minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____